

## NOTAS EXPLICATIVAS-COMPLEMENTO

### Nota 1 – Resumo das Práticas e Critérios Contábeis adotados

Os Anexos Públicos foram elaborados a partir da escrituração contábil realizada pelo método de partidas dobradas e por meio de classes de contas de natureza patrimonial, orçamentária e de controle, visando evidenciar os fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, em conformidade com a Lei Federal 4.320/64, NBCASP (Normas Brasileiras aplicadas ao setor público) e DCASP (Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público).

Todos os registros contábeis do exercício de 2017 foram executados através de sistema informatizado, fornecido pela E & L Produções de Software LTDA – Empresa Privada de Prestação de serviços de sistemas informatizados para administração pública e adequado ao novo PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Critérios de Depreciação: para o exercício em exame foram realizadas depreciações nos ativos (Bens Móveis de acordo com a data de corte - Decreto Municipal 3036/2016 e reavaliação do Ben Imóvel sede deste Instituto) neste Balanço de 2017.

Critérios de Mensuração de Ativos: os ativos estão avaliados pelo custo de aquisição ou produção, tendo sido adotado para o Balanço de 2016 critérios de reavaliação a valor justo ou valor de mercado para o imóvel sede deste instituto o qual se manteve com os mesmos valores até 31/12/2017 e para o respectivo Balanço.

Critérios para Provisão de Férias e Décimo Terceiro: para o exercício em exame foi realizado o reconhecimento do passivo na respectiva competência de pagamento do funcionário e juntamente com a folha de pagamento mensal, de forma que todas as folhas de 2017 (janeiro a novembro e 13º salário) foram empenhadas, liquidadas e pagas dentro do exercício e dezembro foi empenhada e liquidada dentro do exercício e o respectivo pagamento em janeiro de 2018 passando como restos a pagar processados.

Quando a provisão e pagamento de 1/3 das férias foi realizado dentro do exercício de 2017, pois em 02 de junho de 2016 foi editado o decreto municipal 3035/2016 e alterado pelo 3106/2017 para contenção da despesa com pessoal onde se deve pagar 1/3 das férias nos casos de servidores com mais de dois períodos não beneficiados.

### Nota 2 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

#### A). o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante;

AS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS ESTÃO NO CAMPO (RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES), QUE DIZ RESPEITO AOS VALORES REPASSADOS PELO EMPREGADOR, PARTE PATRONAL.



AS DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS ESTÃO NO CAMPO (PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS), QUE DIZ RESPEITO AOS VALORES PAGOS PELO EMPREGADOR IPAM, PARTE PATRONAL DE SEU QUADRO DE EFETIVOS E DIRETORIA EXECUTIVA.

**B). o detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário);**

A EXECUÇÃO DA DESPESA ESTÁ DISCRIMINADA NAS COLUNAS - E (DOTAÇÃO INICIAL), F (DOTAÇÃO ATUALIZADA), G (DESPESAS EMPENHADAS), H (DESPESAS LIQUIDADAS), I (DESPESAS PAGAS) E J (SALDO DA DOTAÇÃO).

**C). a utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas Influências no resultado orçamentário;**

ESTAS ALTERAÇÕES FORAM NECESSÁRIAS PARA ADEQUAR AS DESPESAS COM OS INATIVOS E PENSIONISTAS, DEVIDO AS NOVAS CONCESSÕES DE BENEFÍCIOS E ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DO SALÁRIO MÍNIMO, ATRAVÉS DE REMANEJAMENTO DE SALDO DE DOTAÇÕES DE OUTRAS UNIDADES GESTORAS PARA O IPAM.

**D). as atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária;**

NÃO FORAM REALIZADAS AS ATUALIZAÇÕES DA PREVISÃO DA RECEITA.

**E). o procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente;**

NO EXERCÍCIO HOUVE A EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS, SENDO OS NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS E PAGOS DENTRO DO EXERCÍCIO DE 2017.

**F). o detalhamento dos "recursos de exercícios anteriores" utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada;**

NÃO OCORRERAM DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR PAGAS NO EXERCÍCIO CORRENTE.

### **Nota 3 – BALANÇO FINANCEIRO**

A) - A BAIXA DAS OBRIGAÇÕES REFERENTE ÀS DIVERSAS RETENÇÕES SÃO CONSIDERADAS APENAS COM O PAGAMENTO.

AS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS DESTE INSTITUTO NÃO TIVERAM DEDUÇÕES NO EXERCÍCIO EM QUESTÃO, COM EXCESSÃO DAS RECEITAS DE REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO ONDE HOVERAM PERDAS/RENDIMENTOS NEGATIVOS, COM UM VALOR IRRELEVANTE FRENTE AOS RENDIMENTOS TOTAIS NO EXERCÍCIO.

A SEGREGAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FOI ALTERADA DE ACORDO COM O PCASP PARA OS RPPSs E ORIENTAÇÕES EM CURSO ESPECÍFICO NA ECG DO TCE RJ.

### **Nota 4 – BALANÇO PATRIMONIAL**

#### **A). Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo;**

NÃO HÁ VALORES A RECEBER ORIUNDOS DE CONTRIBUIÇÕES EM ATRAVO, VISTA QUE DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL 701/2005 AS CONTRIBUIÇÕES DA FOLHA DE DEZEMBRO E 13º SALÁRIO O PRAZO É 10/01/2018.

#### **B). Imobilizado;**

O IMOBILIZADO ESTÁ DIVIDIDO EM BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, SENDO O PRIMEIRO REALIZADO AS DEPRECIÇÕES NOS BENS DE ACORDO COM A DATA DE CORTE DO DECRETO MUNICIPAL 3036/2016 E O SEGUNDO FOI REALIZADO A REAVALIAÇÃO AO VALOR DE MERCADO DO IMÓVEL SEDE DESTE INSTITUTO EM 2016.

#### **C). Intangível;**

NÃO HÁ.

#### **D). Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo;**



TODAS AS DESPESAS COM PESSOAL (INATIVOS, PENSIONISTAS E ATIVOS) JANEIRO À DEZEMBRO E 13º SALÁRIO FORAM PAGAS DENTRO DO EXERCÍCIO, FALTANDO A FOLHA DE DEZEMBRO QUE PASSOU COMO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E PAGO EM JANEIRO DE 2018.

O PASSIVO CIRCULANTE COMPREENDE O VALOR DE R\$ 831.597,49 REFERENTE A RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DA FOLHA DE PAGAMENTO DE DEZEMBRO DE 2017, FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO R\$ 1.330,00 E R\$ 186.949,66 REFERENTE A PARTE DAS RETENÇÕES/CONSIGNAÇÕES DA FOLHA DE DEZEMBRO DE 2017 QUE SERÃO PAGAS NO MÊS DE JANEIRO DE 2018.

**E). Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo;**

AS PROVISÕES EM LONGO PRAZO NO VALOR DE R\$ 3.084.107,42 CORRESPONDEM AOS ESTUDOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2017 DO PLANO PREVIDENCIÁRIO, JÁ QUE O PLANO FINANCEIRO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 978/2010 DE SEGREGAÇÃO DE MASSAS É DE RESPONSABILIDADE DA PREFEITURA.

**F). Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.**

O RESULTADO DO EXERCÍCIO DO IPAM FOI POSITIVO NO VALOR DE R\$ 1.142.189,09 DE ACORDO COM O DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.

**Nota 5 – DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

**A). Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado;**

NÃO OCORREU REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL NO ATIVO IMOBILIZADO.

**B). Baixas de investimento;**

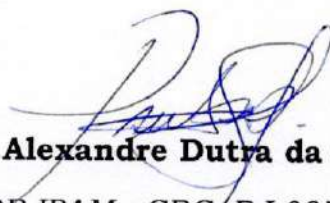
NÃO OCORRERAM BAIXAS DE INVESTIMENTOS E SIM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS MÓVEIS.



**C). Constituição ou reversão de provisões.**

NÃO OCORREU CONSTITUIÇÃO OU REVERSÃO DE PROVISÕES.

Cantagalo, 07 de junho de 2018.



**Paulo Alexandre Dutra da Silva**

CONTADOR IPAM - CRC/RJ 097994/O-2

*Especialista em Gestão de Administração Pública-UFF*

Paulo Alexandre Dutra da Silva  
Contador - Mat. 999062  
CRC/RJ 097994/O-2